

INDICADORES DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE: uma análise contábil da situação econômico - financeira das empresas¹

LIQUIDITY AND PROFITABILITY INDICATORS: an accounting analysis of the economic and financial situation of companies

Camila Alves de Moraes²

Ivan Darley de Oliveira Sousa³

RESUMO

O presente artigo tem como tema a análise dos indicadores de liquidez e rentabilidade como instrumentos de avaliação patrimonial e da situação econômico-financeira das entidades. O estudo tem por objetivo analisar, de forma integrada, os indicadores de liquidez e rentabilidade como ferramentas capazes de evidenciar a situação real de uma entidade. A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de informações contábeis confidenciais e úteis para subsidiar tomadas de decisões mais seguras e práticas. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, com base em autores da área contábil. Além disso, foi elaborado um estudo de caso hipotético, possibilitando a aplicação prática de indicadores de liquidez e rentabilidade na análise da situação econômico-financeira de uma entidade. O artigo aborda, ainda, conceitos relacionados à informação contábil e às suas características qualitativas, conforme a NBC TG Estrutura Conceitual, destacando sua relevância para a elaboração e interpretação das revisões contábeis, bem como apresentando os principais métodos de análise dessas projeções. A pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: como os indicadores de liquidez e rentabilidade podem contribuir para a análise da capacidade de pagamento e da eficiência das entidades na geração de resultados? Os resultados obtidos por meio da análise das projeções financeiras, utilizando-se os indicadores de liquidez e rentabilidade, permitiram uma compreensão mais ampla e consistente da situação econômico-financeira da entidade econômica, evidenciando tanto sua capacidade de honrar compromissos quanto sua eficiência na geração de resultados.

Palavras-chave: análise das demonstrações contábeis; indicador de liquidez; indicador de rentabilidade; informação contábil; análise financeira.

ABSTRACT

This article focuses on the analysis of liquidity and profitability indicators as instruments for evaluating the assets and economic-financial situation of entities. The study aims to analyze, in an integrated way, liquidity and profitability indicators as tools capable of revealing the real situation of an entity. The relevance of this research is related to the need for confidential and useful accounting information to

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Centro Universitário Mais - UNIMAIS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, no primeiro semestre de 2026

² Acadêmica do 8º Período do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mais - UNIMAIS. E-mail: camila@aluno.facmais.edu.br

³ Professor-Orientador, Contador Especialista em Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Docente do Centro Universitário Mais - UNIMAIS. E-mail: ivan@facmais.edu.br

support safer and more practical decision-making. For the development of this work, an applied research, with a quantitative approach, was carried out, based on bibliographic and documentary research, based on authors in the accounting field. In addition, a hypothetical case study was developed, enabling the practical application of liquidity and profitability indicators in the analysis of the economic-financial situation of an entity. The article also addresses concepts related to accounting information and its qualitative characteristics, according to NBC TG Conceptual Framework, highlighting its relevance for the preparation and interpretation of accounting reviews, as well as presenting the main methods of analysis of these projections. This research seeks to answer the following question: how can liquidity and profitability indicators contribute to the analysis of the payment capacity and efficiency of entities in generating results? The results obtained through the analysis of financial projections, using liquidity and profitability indicators, allowed for a broader and more consistent understanding of the economic and financial situation of the economic entity, highlighting both its ability to honor commitments and its efficiency in generating results.

Keywords: analysis of financial statements; liquidity ratio; profitability ratio; accounting information; financial analysis.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Padoveze e Benedicto (2013), os indicadores de liquidez são dados extraídos das projeções financeiras de uma entidade, capazes de evidenciar sua capacidade de honrar compromissos financeiros. Já os indicadores de rentabilidade, segundo Silva (2017), permitem avaliar o desempenho econômico da entidade, demonstrando o retorno por meio das suas operações e evidenciando o grau de eficiência da empresa na geração de lucros.

Diante desse contexto, o presente artigo utiliza os indicadores de liquidez e rentabilidade como instrumentos de análise do patrimônio das entidades e de sua capacidade de agregar valor ao processo decisório.

Num ambiente empresarial cada vez mais dinâmico e competitivo, as tomadas de decisão devem ser fundamentadas em informações confidenciais, relevantes e elaboradas em conformidade com as características qualitativas previstas pelas normas contábeis.

Nesse sentido, a pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: como os indicadores de liquidez e rentabilidade podem contribuir para a análise da capacidade de pagamento e da eficiência da entidade na geração de resultados?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar, de forma integrada, os indicadores de liquidez e rentabilidade como instrumentos de avaliação da situação econômico-financeira de uma entidade, procurando compreender de que maneira esses indicadores podem evidenciar sua capacidade de pagamento e sua eficiência na geração de resultados.

O desenvolvimento deste trabalho apresenta relevância científica ao fornecer uma abordagem crítica sobre os indicadores financeiros, contribuindo como material de apoio para pesquisas futuras e incentivando a produção de conhecimento voltado à eficiência, à transparência e ao fortalecimento da ciência contábil.

Além disso, a escolha do tema justifica-se profissionalmente pela razão da sua importância para a gestão financeira e contabilística das empresas, uma vez que tais indicadores são específicos, ferramentas estratégicas para avaliar a

capacidade de pagamento, a eficiência operacional e a sustentabilidade econômica das organizações. Dessa forma, sua utilização permite embasar decisões, identificar riscos e oportunidades e promover maior solidez financeira às entidades.

Conforme afirmam Padoveze e Benedicto (2013), a análise conjunta dos indicadores de liquidez e rentabilidade permite uma avaliação mais precisa e abrangente da situação financeira e econômica de uma entidade.

Sob essa perspectiva, o presente artigo está organizado de modo a apresentar, inicialmente, a utilidade da informação contábil por meio das características qualitativas previstas na NBC TG Estrutura Conceitual.

Em seguida, abordamos a análise das projeções financeiras por meio de indicadores, com ênfase nos indicadores de liquidez e rentabilidade. Por fim, apresenta-se um estudo de caso com dados fictícios, a fim de demonstrar a importância desses indicadores como instrumentos de avaliação da capacidade de pagamento e da geração de uma entidade.

2 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de abordagem quantitativa e objetivos descritivos, fundamentada em pesquisas bibliográficas e na análise de dados fictícios.

A investigação aplicada utiliza conhecimentos teóricos para compreender e analisar a realidade econômico-financeira das entidades, contribuindo para a interpretação dos indicadores de liquidez e rentabilidade no contexto contabilístico.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de obras de autores da área contábil, livros e artigos científicos, com o objetivo de compreender os conceitos relacionados à liquidez e à rentabilidade, bem como os principais indicadores utilizados na avaliação do desempenho financeiro e econômico das entidades.

Segundo Gil (2007), uma pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, permitindo ao pesquisador ampliar seus conhecimentos sobre o tema estudado e fundamentar teoricamente a pesquisa.

Além disso, realizou-se uma pesquisa documental baseada em projeções financeiras, elaborada com a finalidade de simular planos futuros à realidade empresarial.

A análise documental foi conduzida por meio da seleção de artigos e livros publicados em língua portuguesa que abordam diretamente a proposta temática, sendo materiais desconsiderados que não foram apresentados em relação ao objeto de estudo.

A utilização de dados fictícios possibilitou a aplicação prática dos indicadores de liquidez e rentabilidade, favorecendo a análise da situação econômico-financeira da entidade científica.

Os dados foram analisados por meio do cálculo dos indicadores financeiros, seguidos da interpretação dos resultados à luz do referencial teórico apresentado. O estudo de caso foi desenvolvido a partir da comparação entre os resultados obtidos nos cálculos e os conceitos envolvidos na literatura, permitindo uma análise mais consistente da capacidade de pagamento e da eficiência na geração de resultados da entidade desenvolvida.

O estudo de caso possui diferentes propósitos, conforme destaca Gil (2022, p. 50):

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias;
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

A utilização de dados fictícios permite uma maior flexibilidade na formação dos cenários, garantindo a objetividade da análise, sem comprometer os conceitos aplicados.

3 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR INDICADORES

A contabilidade tem como finalidade fornecer informações úteis para a tomada de decisões, auxiliando na compreensão da situação patrimonial, econômica e financeira de uma entidade. Dessa forma, sua função vai além do simples registro dos fatos contábeis, abrangendo também a interpretação e análise das informações geradas pelas auditorias contábeis.

Nesse contexto, a análise das projeções contábeis por meio de indicadores constitui uma importante ferramenta de gestão, pois permite avaliar o desempenho da entidade e identificar aspectos relacionados à sua capacidade financeira, operacional e econômica. Por meio desses indicadores, torna-se possível interpretar os resultados obtidos pela organização, oferecendo suporte para decisões estratégicas e para o acompanhamento da saúde financeira da empresa.

Os indicadores fiscais permitem transformar dados extraídos das projeções financeiras em informações relevantes e compreensíveis, contribuindo para uma avaliação mais precisa da realidade da entidade. Assim, a utilização desses indicadores favorece a identificação de pontos fortes e fragilidades, além de possibilitar a análise da capacidade de pagamento, da eficiência operacional e da rentabilidade empresarial.

Conforme Ribeiro (2017, p. 4),

Contabilidade é o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações visando ao fornecimento de informações que sejam úteis para a tomada de decisões. Dentre as informações destacam-se aquelas de natureza econômica e financeira. As de natureza econômica compreendem, principalmente, os fluxos de receitas e de despesas, que geram lucros ou prejuízos, e são responsáveis pelas variações no patrimônio líquido. As de natureza financeira abrangem principalmente os fluxos de caixa e do capital de giro.

A contabilidade pode ser informada como a ciência que estuda, controla e interpreta o patrimônio das entidades, fornecendo informações relevantes para gestores, investidores e demais usuários das auditorias fiscais. Nesse sentido, além de registrar os fatos contábeis, a contabilidade também possui a função de analisar os eventos que afetaram o patrimônio das organizações, contribuindo para o processo de tomada de decisões.

Para que essas informações sejam úteis, é necessário que apresentem qualidade e confiabilidade. A NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019) estabelece que a informação contábil deve ser relevante e representar fielmente a realidade

econômica da entidade, além de possuir características qualitativas de melhoria, como tempestividade, verificabilidade, compreensibilidade e comparabilidade.

A NBC TG Estrutura Conceitual estabelece os fundamentos que orientam a contabilidade, fornece uma base para a elaboração e apresentação das projeções financeiras, com o objetivo de gerar informações econômicas úteis para as decisões financeiras. Dessa forma, a utilidade da informação contábil está diretamente relacionada às suas características qualitativas fundamentais, especialmente à relevância e à representação fidedigna, consideradas essenciais para o fortalecimento e a confiabilidade das informações apresentadas.

A relevância constitui uma das principais características da informação contábil, pois está relacionada à sua capacidade de influência nas decisões dos usuários. Mesmo que alguns usuários optem por não utilizar essas informações ou já possuam conhecimento prévio obtido por outras fontes, a informação continuará sendo relevante caso tenha potencial para impactar o processo decisório.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019), “as informações financeiras são capazes de fazer diferenças em decisões se tiverem valor preditivo, valor confirmatório ou ambos”. Nesse contexto, o valor preditivo está presente quando os dados podem ser utilizados para auxiliar na projeção de resultados futuros, ainda que não representem estimativas explícitas. Já o valor confirmatório refere-se à capacidade da informação de validação, confirme ou modifique as avaliações anteriores feitas pelos usuários.

Além disso, os valores preditivos e confirmatórios estão inter-relacionados, uma vez que informações com capacidade preditiva também tendem a apresentar valor confirmatório. Assim, as informações contábeis tornam-se ainda mais relevantes para permitirem tanto a análise de tendências futuras quanto a verificação de expectativas e avaliações já realizadas.

Um exemplo apresentado pela NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019, p. 10) é:

Informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores.

Dessa forma, as informações contábeis colaboram para a avaliação de fatos passados, presentes e futuros, tornando-se essenciais para que os dados contábeis cumpram sua função informativa e orientem as decisões econômico-financeiras dos usuários.

Quanto à representação fidedigna, para que as informações contábeis sejam realmente úteis, não basta apenas que representem aspectos relevantes; é necessário também que retratem, de maneira fiel, a essência das características econômicas que se propõem a representar. Assim, a informação contábil deve refletir a realidade econômica da entidade de forma clara, íntegra e confiável.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019, p. 10), para que a representação fidedigna seja considerada adequada, ela deve ser composta por três atributos essenciais:

[...] para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

Com relação à “Representação Completa”, a norma estabelece que a informação contábil deve incluir todos os elementos necessários para que o usuário compreenda especificamente as características apresentadas. Isso envolve protocolos, respostas e dados numéricos que demonstram, de forma clara, a natureza, os valores e os critérios utilizados na avaliação de ativos, passivos, receitas e despesas.

A “Representação Neutra”, por sua vez, refere-se à necessidade de que a informação seja apresentada de maneira imparcial, sem manipulações ou distorções que favoreçam interpretações positivas ou negativas.

Essa característica é reforçada pelo exercício da prudência, que consiste na adoção de cautela durante a realização de julgamentos em condições de incerteza, evitando superavaliações ou subavaliações indevidas dos elementos patrimoniais e dos resultados da entidade.

Por fim, a característica da informação ser “Livre de Erros” significa que não existem falhas ou omissões relevantes na descrição das características representadas e que os processos utilizados para a elaboração da informação foram aplicados corretamente. Entretanto, essa característica não implica resultados absolutos, especialmente em situações que envolvem estimativas contábeis.

Nesses casos, é necessário que as estimativas sejam devidamente identificadas, explicadas e fundamentadas, garantindo maior confiabilidade às informações apresentadas.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019, p. 11),

Quando valores monetários em relatórios financeiros não puderem ser observados diretamente e, em vez disso, devem ser estimados, surge incerteza na mensuração. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis.

Mesmo quando há um elevado nível de incerteza, uma estimativa pode continuar sendo considerada útil, desde que represente especificamente o específico econômico e esteja acompanhado de informações suficientes para que o usuário compreenda seu contexto, suas especificações e os critérios utilizados em sua elaboração.

Além das características qualitativas fundamentais, a informação contábil também deve apresentar características qualitativas de melhoria, que contribuam para aumentar sua utilidade no processo de tomada de decisão. Entre essas características destacam-se a comparabilidade, a compreensibilidade, a verificabilidade e a tempestividade.

A comparabilidade permite a análise das informações ao longo do tempo e entre diferentes entidades, favorecendo a identificação de semelhanças e diferenças entre os resultados apresentados.

A compreensão está relacionada à clareza e à facilidade de interpretação das informações contábeis pelos usuários. Já a verificabilidade garantida a diferentes usuários, ao analisar as mesmas informações e utilizar métodos semelhantes, pode chegar a conclusões compatíveis. Por fim, a tempestividade refere-se à necessidade de que a informação esteja disponível em tempo hábil para influenciar melhor o processo decisório.

Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual (CPC, 2019, p. 12),

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.

Dessa forma, reforçamos o papel da contabilidade como instrumento essencial de apoio à tomada de decisões, garantindo que os dados apresentados sejam transformados em informações úteis, confidenciais e relevantes para os usuários das demonstrações contábeis.

Nesse contexto, compreender a contabilidade tanto como científica quanto como o sistema de informação torna-se fundamental para sustentar a análise de indicadores de liquidez e rentabilidade. Esses indicadores representam importantes instrumentos de análise, pois possibilitam transformar dados contábeis em conhecimento aplicável à gestão, favorecendo uma compreensão mais ampla da situação econômico-financeira das entidades e contribuindo para decisões mais seguras e eficientes.

3.1 Análise das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis têm como finalidade fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho econômico e os fluxos de caixa das entidades, auxiliando os usuários no processo de tomada de decisões. Por meio dessas previsões, é possível compreender a situação econômico-financeira da organização, bem como avaliar sua capacidade de geração de resultados e de cumprimento de obrigações.

Nesse sentido, as Demonstrações Contábeis representam importantes instrumentos de análise e transparência, permitindo que gestores, investidores, credores e demais usuários obtenham informações relevantes sobre a realidade da entidade. Além disso, é apresentada a principal fonte de dados para a aplicação de indicadores financeiros, como os indicadores de liquidez e rentabilidade, utilizados na avaliação do desempenho empresarial.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 (R2),

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade.

Além disso, a Lei nº 6.404/1976, em seu artigo 176, estabelece que, ao final de cada exercício social, a entidade deve elaborar as projeções contábeis, com o objetivo de evidenciar, com esclarecer, a situação patrimonial e financeira da empresa, as mutações ocorridas no patrimônio e os resultados obtidos no período. Entre as principais projeções apresentadas pela legislação destacam-se o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, esta última obrigação para companhias de capital abertas.

A análise das previsões contábeis constitui uma importante ferramenta de avaliação do desempenho econômico-financeiro das entidades. Sua relevância está

relacionada à capacidade de compreender os resultados obtidos pela organização, comparar períodos distintos e transformar dados contábeis em informações úteis para o processo de tomada de decisões. Desta forma, a análise das projeções permite identificar tendências, avaliar a situação financeira da entidade e subsidiar decisões estratégicas de investidores, investidores e demais usuários das informações financeiras.

Segundo Ribeiro (2020, p. 17),

A Análise de Demonstrações Contábeis, tradicionalmente conhecida por Análise de Balanços, é uma técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas Demonstrações Contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da Contabilidade. Por meio da análise de Demonstrações Contábeis, é possível aquilatar a situação econômica e a situação financeira da entidade. Essa técnica contábil não se limita ao Balanço Patrimonial, alcançando também as demais Demonstrações Contábeis.

A análise das previsões contábeis é realizada por meio de documentos que refletem a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como seu desempenho econômico em determinado período. Entre esses documentos, destaca-se o Balanço Patrimonial, responsável por apresentar os ativos, passivos e o patrimônio líquido da entidade, permitindo uma visão estruturada de sua situação financeira.

As informações evidenciadas no Balanço Patrimonial possibilitam, por exemplo, verificar o nível de concentração dos recursos da entidade em ativos de curto prazo, representados pelo Ativo Circulante, bem como identificar o grau de individualização de curto prazo, demonstrado pelo Passivo Circulante. Dessa forma, a análise desses grupos patrimoniais contribui para a avaliação da capacidade financeira e da estrutura de capital da organização.

Além disso, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) permite avaliar o desempenho econômico da entidade ao evidenciar as receitas, os custos, as despesas e os resultados no período, seja ou lucro. Por meio dessa demonstração, torna-se possível analisar a eficiência operacional da empresa e sua capacidade de geração de resultados.

Conforme retrata Ribeiro (2017, p. 416),

A DRE, portanto, é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou o prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades durante um determinado período, que geralmente é igual a um ano.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), onde mostra as entradas e saídas de recursos financeiros inerentes aos Caixas e Equivalentes.

Segundo Ribeiro (2017, p. 431), a Demonstração do Fluxo de Caixa:

Trata-se de uma demonstração sintetizada dos fatos administrativos que envolvem os fluxos de dinheiro ocorridos durante um determinado período, devidamente registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta Caixa, da conta Bancos conta Movimento e das contas representativas dos equivalentes de caixa.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), por sua vez, evidencia de forma detalhada as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido da entidade, ou seja, nas contas que representam o capital próprio da organização. Essa demonstração permite identificar as variações ocorridas em elementos como

capital social, reservas, lucros acumulados e demais componentes patrimoniais ao longo do período analisado.

Segundo Ribeiro (2017, p. 427), “a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado período.”

Dessa forma, o conjunto de projeções previstas pela Lei nº 6.404/1976 apresenta informações relevantes sobre a composição patrimonial, a situação financeira e o desempenho econômico das entidades.

O conhecimento e a interpretação desses elementos possibilitam aos usuários da contabilidade acesso a informações essenciais para a análise econômico-financeira, contribuindo para a geração de informações contábeis úteis e para a tomada de decisões mais seguras e eficientes.

3.2 Análise por Indicadores

A análise por indicadores consiste na transformação de dados contábeis em informações úteis para a gestão e a tomada de decisões. Por meio dela, é possível interpretar a situação econômico-financeira da entidade, avaliar seu desempenho e analisar aspectos relacionados à liquidez, rentabilidade e estrutura patrimonial.

Segundo Silva (2017, p. 6), a análise das projeções contábeis permite avaliar o desempenho econômico, financeiro e patrimonial da empresa, possibilitando comparações entre períodos e projeções futuras. Nesse contexto, os indicadores para decisões mais estratégicas, além de estarem relacionados à característica qualitativa da comparabilidade prevista na NBC TG Estrutura Conceitual.

Para Silva (2017), os indicadores de liquidez e rentabilidade são fundamentais para compreender a sustentabilidade da entidade, sua capacidade de pagamento e eficiência na geração de resultados.

Entre os métodos de análise destaca-se a Análise Vertical, que avalia a composição patrimonial e econômica da entidade em um único período, apresentando cada item como percentual de uma base de valor e permitindo identificar a representatividade de cada componente nas demonstrações contábeis.

Segundo Padoveze e Benedicto (2013, p. 195):

Denominamos análise vertical o estudo de participação percentual ou de estrutura dos elementos das demonstrações contábeis. Assume-se como 100% um determinado elemento patrimonial que, em princípio, deve ser o mais importante, e faz-se uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele.

A Análise Horizontal avalia a evolução dos elementos financeiros das demonstrações ao longo do tempo, comparando os valores de diferentes exercícios, que permite reconhecer variações e padrões de crescimento ou retração, sendo importante para avaliar a evolução da empresa ao longo do tempo.

De acordo com Iudícibus (2017, p. 93), “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como de outros demonstrativos) através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.”

Diante exposto, os autores Padoveze e Benedicto (2013, p. 107) reforçam que:

A análise vertical consiste em uma análise de estrutura ou de participação percentual. A análise horizontal objetiva verificar as variações ocorridas entre um período analisado e outro. Os indicadores econômico-financeiros representam as inter-relações básicas entre itens patrimoniais do balanço ou itens da demonstração de resultados relacionados com os do balanço patrimonial e, por meio deles, complementa-se a análise, mensuram-se a capacidade de pagamento e o retorno do investimento, permitindo a avaliação geral e final do desempenho e da situação da entidade.

A análise por indicadores financeiros utiliza razões para demonstrar aspectos específicos da saúde financeira e o desenvolvimento econômico financeiro de uma entidade, permitindo uma avaliação mais clara e objetiva.

Dentre os diversos tipos de indicadores financeiros, estão os indicadores de liquidez e de rentabilidade, que conforme Marion (2019) se destacam por fornecer informações sobre a capacidade da empresa de honrar seus compromissos e gerar resultados positivos.

3.3 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez são índices contábeis usados para mensurar a capacidade de uma entidade em transformar seus ativos em recursos financeiros disponíveis para o pagamento de suas obrigações. Desta forma, apresentamos importantes instrumentos de análise financeira, pois podemos avaliar se a entidade possui condições de honrar seus compromissos de curto e longo prazo.

A análise da liquidez permite identificar a situação financeira da empresa, demonstrando o grau de segurança relacionado à sua capacidade de pagamento. Por meio desses indicadores, é possível verificar se os recursos disponíveis e realizáveis da entidade são suficientes para cobrir suas dívidas, contribuindo para a avaliação de sua estabilidade financeira e de seu nível de solvência.

Além disso, os indicadores de liquidez auxiliam gestores, investidores, credores e demais usuários das projeções financeiras na interpretação da saúde financeira da organização, especificamente como base para decisões relacionadas à concessão de crédito, investimentos e planejamento financeiro.

A respeito dos indicadores de liquidez, Marion (2019, p. 74) afirma que:

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Conforme Padoveze e Benedicto (2013, p. 147), “um ativo líquido é um ativo sem possibilidade de redução; portanto, os índices de liquidez querem medir se os bens e direitos da empresa (ativos) são suficientes para a liquidação das dívidas”. Nesse sentido, os indicadores de liquidez permitem avaliar a capacidade financeira da entidade em cumprir as suas obrigações, demonstrando o equilíbrio existente entre os recursos disponíveis e as dívidas assumidas.

Esses indicadores são extraídos do Balanço Patrimonial, utilizando informações pertencentes aos grupos do ativo e do passivo. Dessa forma, é específica uma importante ferramenta de análise financeira, utilizada para avaliar o risco financeiro da entidade, identificar tendências de individualização e oferecer uma visão sobre sua capacidade de pagamento em períodos futuros.

Além disso, os índices de liquidez exigem atenção constante dos gestores, uma vez que exercem influência direta sobre a continuidade operacional da

entidade. A insuficiência de recursos para honrar compromissos pode comprometer a estabilidade financeira da organização, ao mesmo tempo em que níveis de títulos de crédito para maior segurança econômica e de indenização perante investidores, credores e demais usuários das informações contábeis.

Conforme Padoveze e Benedicto (2013, p. 148):

Os indicadores de liquidez procuram evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas. São indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos. Quer dizer que, no momento seguinte, poderão ser alterados por evento que modifique os elementos patrimoniais que são utilizados para medir a liquidez.

A relação entre os grupos do ativo e do passivo constitui a base para o cálculo dos principais índices de liquidez, os quais permitem avaliar a capacidade da entidade de honrar as suas obrigações financeiras. Por meio dessa relação, torna-se possível identificar o equilíbrio entre os recursos disponíveis e as dívidas assumidas pela organização, contribuindo para a análise de sua situação financeira.

Os ativos de maior liquidez sujeitos à caixa e aos equivalentes de caixa, por representarem recursos disponíveis de forma imediata. Já o passivo circulante compreende as obrigações que devem ser liquidadas dentro do ciclo operacional da entidade ou no prazo de curto prazo, exigindo maior atenção quanto à disponibilidade de recursos financeiros para sua quitação.

Para que a análise da liquidez seja mais ampla e consistente, é necessário utilizar conjuntamente os principais indicadores que compõem os índices de liquidez, sendo eles: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral. Cada um desses indicadores apresenta uma perspectiva específica sobre a capacidade de pagamento da entidade, possibilitando uma avaliação mais detalhada de sua situação econômico-financeira.

3.3.1 Liquidez Corrente

O Índice de Liquidez Corrente estabelece uma relação entre os bens e direitos de maior capacidade de conversão em dinheiro, representados pelo Ativo Circulante, e as obrigações exigíveis no curto prazo, representadas pelo Passivo Circulante. Este indicador demonstra se uma entidade possui recursos suficientes para liquidar suas dívidas de curto prazo, evidenciando sua capacidade financeira imediata dentro do ciclo operacional.

A liquidez corrente é considerada um dos principais indicadores utilizados na análise financeira, pois permite avaliar o equilíbrio entre os recursos disponíveis no curto prazo e as obrigações que deverão ser quitadas no mesmo período. Quando o resultado do índice é superior a 1, em regra, significa que a entidade possui ativos circulantes suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Por outro lado, índices inferiores a 1 podem indicar dificuldades financeiras e insuficiências de recursos para o cumprimento dos compromissos reforçados.

Além disso, a interpretação desse indicador deve considerar o contexto operacional da entidade, o segmento de atuação e a composição dos ativos circulantes, uma vez que determinados elementos podem apresentar menor capacidade de realização imediata. Desta forma, a análise da liquidez corrente deve ser realizada em conjunto com outros indicadores financeiros, proporcionando uma visão mais ampla da situação econômico-financeira da organização.

Padoveze e Benedicto (2013, p. 149) relatam que a liquidez atual:

Relaciona todos os ativos realizáveis no curto prazo classificados nas demonstrações financeiras como ativos circulantes, com todos os passivos que deverão ser pagos no curto prazo, classificados contabilmente como passivos circulantes. Em outras palavras, indica a quantidade de recursos que a empresa tem nos ativos circulantes para utilização no pagamento dos passivos circulantes.

Padoveze e Benedicto (2013, p. 149) descrevem que:

$$LIQUIDEZ CORRENTE = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

O Ativo Circulante compreende todos os bens e direitos que possuem maior capacidade de conversão em dinheiro no curto prazo, ou seja, dentro do ciclo operacional da entidade. Entre os seus principais componentes destacam-se a caixa e equivalentes de caixa, saldos bancários, contas a receber, stocks e aplicações financeiras de curto prazo.

Esses elementos representam recursos que podem ser utilizados para a manutenção das atividades operacionais e para o cumprimento das obrigações financeiras da entidade. Assim, quanto maior for a capacidade de realização desses ativos em curto prazo, maior será a segurança financeira da organização em relação à quitação de suas dívidas correntes.

Segundo Ribeiro (2017, p. 403):

No Ativo, as contas representativas dos bens e dos direitos serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

O Passivo Circulante abrange todas as obrigações que devem ser liquidadas no curto prazo, geralmente dentro do ciclo operacional da entidade ou no período de até doze meses. Entre os seus principais componentes destacam-se os fornecedores, as obrigações fiscais, o financiamento a pagar, os empréstimos e os financiamentos de curto prazo, além de outras dívidas exigíveis no período imediato.

Essas obrigações representam compromissos financeiros de reforço pela entidade e exigem disponibilidade de recursos para sua quitação dentro do prazo previsto. Desta forma, a relação entre o Passivo Circulante e os recursos disponíveis no Ativo Circulante é fundamental para avaliar a capacidade de pagamento e a estabilidade financeira da organização.

Conforme Ribeiro (2017, p. 406),

No Passivo, as contas representativas das obrigações (Passivo Exigível ou capitais de terceiros) são classificadas em dois grupos principais: Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. Nesses dois grupos, as contas devem ser classificadas observando-se a ordem decrescente do grau de exigibilidade dos elementos nelas registrados.

Sob a ótica da liquidez corrente, um índice superior a 1,00 é geralmente considerado um sinal de solvência financeira, diminuindo que uma entidade possui recursos suficientes para quitar suas obrigações de curto prazo. Em contrapartida, um índice inferior a 1,00 sugere que os ativos disponíveis não podem ser suficientes para cobrir as dívidas imediatas, o que pode representar risco de inadimplência e dificuldades financeiras para a entidade.

Entretanto, a interpretação desse indicador deve considerar as características do setor de atuação e o contexto operacional da empresa. Padoveze e Benedicto (2013, p. 149) exemplificam que:

Se uma empresa, por exemplo, atua no ramo de supermercados, com vendas à vista, é possível que índices abaixo de 1,00 sejam aceitáveis. Por outro lado, também a título de exemplo, em empresas que têm um ciclo de produção muito longo, em que há necessidade de grandes investimentos em estoques e mesmo em contas a receber de clientes, indicadores acima de 1,00 podem ser considerados insatisfatórios.

Dessa forma, embora o parâmetro de 1,00 seja frequentemente utilizado como referência geral para a análise da liquidez corrente, sua interpretação não deve ocorrer de maneira isolada. É necessário considerar as particularidades operacionais da instituição, seu ciclo financeiro, o segmento econômico em que atua e o cenário econômico no qual está inserido, permitindo uma análise mais precisa e coerente da situação da organização financeira.

3.3.2 Liquidez Seca

A Liquidez Seca representa uma versão conservadora da Liquidez Corrente, pois exclui as ações do cálculo dos ativos circulantes, considerando apenas os ativos de maior grau de liquidez. Dessa forma, esse indicador busca demonstrar a capacidade da entidade de honrar suas obrigações de curto prazo sem depender da realização dos estoques.

De acordo com Silva (2017, p. 148), a Liquidez Seca é calculado por meio da fórmula seguinte:

$$LIQUIDEZ\ SECA = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE - ESTOQUES}{PASSIVO\ CIRCULANTE}$$

Quando o resultado do índice é superior a 1,00, entende-se que uma entidade possui ativos circulantes suficientes para liquidar suas obrigações de curto prazo, mesmo desconsiderando os estoques. Em contrapartida, índices inferiores a 1,00 podem indicar dependência da venda dos estoques para o cumprimento das obrigações, o que pode representar um risco financeiro, especialmente em períodos de baixa demanda ou de dificuldade de comercialização de produtos.

Este indicador é particularmente relevante para avaliar a capacidade de pagamento da entidade em situações nas quais os estoques apresentam baixa rotatividade ou menor liquidez imediata. Além disso, os resultados insatisfatórios podem refletir problemas relacionados à gestão de estoques, evidenciando excesso de estoques armazenados ou dificuldades operacionais que impactam a conversão dos estoques em recursos financeiros.

Conforme Silva (2017, p. 148),

Esse indicador é muito útil quando necessitamos ver a capacidade de pagamento da empresa nas situações em que ela tem uma rotação de estoque muito baixa, o que pode refletir uma má gestão sobre o volume de compras de material para revenda ou industrialização.

O conhecimento do ramo de atuação da empresa é fundamental para a correta interpretação dos indicadores financeiros, uma vez que cada segmento

possui características operacionais, ciclos financeiros e necessidades de capital distintas.

Dessa forma, a análise dos índices de liquidez deve considerar as particularidades do setor em que uma entidade está inserida, evitando interpretações indiretas ou imprecisas sobre sua situação financeira.

Além disso, determinados segmentos econômicos apresentam maior dependência de estoques, enquanto outros operam predominantemente com vendas à vista ou elevada circulação de recursos financeiros. Assim, um mesmo índice pode ser considerado superior em uma atividade econômica é insuficiente em outra, reforçando a importância da análise contextualizada dos indicadores contábeis.

Silva (2017, p. 148) destaca que:

Um exemplo seria o caso de um supermercado ou loja de departamento que tende a ter um elevado saldo de Estoque e pequeno saldo de Duplicatas a Receber de clientes, já que suas vendas ocorrem geralmente à vista ou através de cartões de crédito com reduzido prazo de recebimento. Caso o quociente de Liquidez Seca demonstra que uma empresa é capaz de saldar seus compromissos sem contar com a venda de estoques, deve-se observar o prazo de realização dos seus créditos e do pagamento dos seus compromissos, para que se possa estabelecer sua real medida de solvência.

O indicador de Liquidez Seca é importante para compreender a real capacidade da entidade para enfrentar suas obrigações sem a necessidade de liquidar o seu estoque pelo custo de aquisição, preservando-o para liquidação de valor de mercado.

3.3.3 Liquidez Imediata

A Liquidez Imediata é um dos indicadores de liquidez mais rigorosos e que demonstram maior prudência, pois considera exclusivamente os valores que a empresa possui no subgrupo “Caixas e Equivalentes”, como caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esse subgrupo era denominado “Disponibilidades”.

Padoveze e Benedicto (2013, p. 152) afirmam que:

De todos os indicadores de capacidade de pagamento, este é o que realmente se caracteriza como de liquidez, uma vez que trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que podem ser disponibilizados imediatamente, ou quase, para pagamento de contas, e são agrupados sob o nome de disponibilidades.

Relevando o grau de prontidão da entidade para enfrentar suas obrigações que são urgentes, sem recorrer a outros recursos como empréstimos e vendas de ativos com menos liquidez.

Segundo Padoveze e Benedicto (2013, p.152), a fórmula para esse cálculo é a seguinte:

$$LIQUIDEZ IMEDIATA = \frac{DISPONIBILIDADES}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

Sob a análise de liquidez imediata, o índice superior a 1,00 indica que a entidade possui recursos imediatos suficientes para quitar suas obrigações. Porém,

se for inferior a 1,00 significa que a entidade pode enfrentar certas dificuldades para cumprir suas obrigações sem recorrer a outros recursos como um financiamento.

Sendo um índice útil para situação de crises, em que permite a compreensão da capacidade de resposta rápida da entidade em relação às suas obrigações em cenários adversos.

3.3.4 Liquidez Geral

A Liquidez Geral é bastante utilizada entre os indicadores de liquidez, pois avalia a sua capacidade de pagamento total de suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo.

Silva (2017, p. 146), reforça que,

Através desse índice é possível perceber toda a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e a Longo Prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e a Longo Prazo).

Conforme Silva (2017, p. 146) a Liquidez Geral tem a seguinte fórmula para seu cálculo:

$$LIQUIDEZ\ GERAL = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + EXIGÍVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}$$

O Realizável a Longo Prazo podem ser definidos como direitos que pretendem ser convertidos em espécie após o ciclo operacional.

Salotti (2019, p. 42) define que Ativo Realizável a Longo Prazo são:

recursos a receber de terceiros em que haja expectativa de serem transformados em dinheiro em período superior a 12 meses, a contar da data do encerramento do balanço patrimonial, e outros valores a receber derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

Iudícibus (2017, p.46) complementa afirmando que “são ativos de menor liquidez (transformam-se em dinheiro mais lentamente) que o Circulante.”

O Exigível a Longo Prazo representa as dívidas e compromissos com vencimentos superiores após o ciclo operacional. Iudícibus (2023, p. 255) explica que o “passivo exigível a longo prazo” passou a ser denominado de “Passivo Não Circulante”.

Conforme Iudícibus (2017, p. 48) O Passivo Não Circulante “são as dívidas da empresa que serão liquidadas com prazo superior a um ano: empréstimos, financiamentos, títulos a pagar, parcelamento de dívidas governamentais etc.”

Em seu cálculo, quando o índice for superior a 1,00 indica que a entidade possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações tanto no curto quanto no longo prazo.

Um índice igual a 1,00 revela um equilíbrio entre os ativos e passivos, sem necessidade de liquidar o Ativo Imobilizado, por exemplo. Já quando for inferior a 1,00 sugere que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações futuras e pode comprometer sua continuidade operacional.

Segundo Silva (2017, p. 146),

No longo prazo, devem estar consignadas todas as operações entre empresas coligadas e controladas e os financiamentos de longo prazo para investimento no Ativo Permanente. Uma verificação dos dados da DFC pode subsidiar uma melhor análise, já que será possível identificar as origens e as aplicações de recursos que efetivamente transitaram no caixa da empresa.

Para Padoveze e Benedicto (2013, p. 153), a fórmula para Liquidez Geral é a seguinte:

$$LIQUIDEZ\ GERAL = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

Não existindo um parâmetro referencial para esse indicador, conforme Padoveze e Benedicto (2013, p. 153),

Não existe nenhum parâmetro referencial, podendo ser até menor do que 1,00. A grande dificuldade em analisá-lo está no fato de que ele soma no denominador e no numerador itens de mesma natureza, porém, completamente diferentes no aspecto de realização (de transformação em dinheiro). Isso se deve à parcela de longo prazo, uma vez que a contabilidade classifica como longo prazo tudo o que excede a um ano da data do balanço.

O índice pode ser útil para uma visão ampla da entidade, sendo analisada com cautela e em conjunto com os outros indicadores.

Revelando as origens e aplicações dos recursos que entram pelo caixa da entidade, podendo ser bastante enriquecida com dados da DFC Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os índices de liquidez apresentados disponibilizam uma visão mais completa e estratégica da situação econômico-financeira da entidade. Cada indicador revela uma parte de sua realidade, porém quando analisados juntos, mostram o nível de segurança e flexibilidade da entidade.

3.4 Indicadores de Rentabilidade

A análise de rentabilidade, conforme Padoveze e Benedicto (2013, p. 115), “é o critério natural de avaliação do retorno do investimento, qualificando-se, portanto, como o indicador mais importante da análise financeira.”

Esse indicador demonstra quais são os resultados que uma entidade está gerando, ajudando a avaliar tanto seu cenário econômico financeiro quanto o seu cenário futuro.

A rentabilidade não se limita a um lucro isolado, mas envolve em uma análise integrada dos aspectos financeiros, econômicos e operacionais.

Padoveze e Benedicto (2013, p. 114) afirmam que:

O ativo representa todos os investimentos feitos na empresa, e o passivo, as duas fontes de financiamento, capital de terceiros e capital próprio. Esses três elementos patrimoniais conduzem às três abordagens principais da análise de rentabilidade.

O lucro, por sua vez, é o resultado direto adotado pelas estratégias da entidade, especialmente nas operações e na formação dos preços. O volume das vendas e formação dos preços são importantes para a obtenção de lucros.

Conforme Padoveze e Benedicto (2013, p. 114):

O lucro obtido deve ser confrontado com os lucros planejados, uma vez que, conforme introduzimos neste capítulo, o resultado realizado é que determinará a avaliação de desempenho dos projetos de investimentos, onde, inicialmente, foram previstos os lucros que justificaram a decisão pela aceitação desses projetos.

Em resumo, a rentabilidade reflete o quanto a entidade consegue transformar seus recursos em resultados econômicos positivos. Demonstra, por exemplo, quanto um resultado consegue retornar para os investidores, em comparação ao capital investido.

3.4.1 Giro do Ativo

O Giro do Ativo é um indicador que mede a eficiência com que a entidade utiliza seus ativos totais para gerar receita.

De acordo com a definição de Silva (2017, p. 154):

Esse indicador estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, expressando o nível de eficiência com que são utilizados os recursos aplicados, ou seja, a PRODUTIVIDADE dos investimentos totais (ativo total).

Para o cálculo desse indicador, Silva (2017, p.154) apresenta a seguinte fórmula:

$$GIRO DO ATIVO = \frac{VENDAS LÍQUIDAS OU (RECEITA LÍQUIDA)}{ATIVO TOTAL OU ATIVO MÉDIO}$$

Conforme Silva (2017, p. 154), “no cálculo deve ser usado o Ativo Médio quando ocorrer discrepância significativa entre os dois saldos, o qual é obtido pela soma do Ativo Total do ano anterior com Ativo Total do ano em curso, dividido por dois”.

Quanto maior o giro, mais eficaz é a entidade em transformar seus ativos em resultado positivo. Para os critérios de avaliação dos ativos, devem considerar os efeitos da inflação e possíveis reavaliações que possam aumentar os valores.

Além disso, os itens que não estejam diretamente ligados à produção e vendas necessitam ser analisados com mais atenção, pois podem apresentar distorções.

Segundo Silva (2017, p. 155),

Nos anos em que a empresa estiver em fase de ampliação e expansão, o indicador poderá apresentar distorções. Nos casos em que ocorra mudança significativa no valor do saldo do ativo total de um exercício para o outro, devemos utilizar o saldo médio destes na composição do índice.

Desse modo, o Giro do Ativo é um indicador importante para avaliar a eficiência operacional de uma entidade, sendo necessário uma atenção dirigida aos detalhes contábeis para a sua análise.

3.4.2 Margem de Lucro Líquida

A Margem de Lucro Líquida mostra o percentual da receita que se transforma em lucro após todos os custos, despesas, impostos e encargos. Segundo Ribeiro (2020, p. 57), “a interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar a margem de lucro da empresa em relação às vendas. “

Ainda conforme Ribeiro (2020, p. 57):

$$MARGEM\ LÍQUIDA = \frac{LUCRO\ LÍQUIDO}{VENDAS\ LÍQUIDAS}$$

O indicador mostra a margem de lucratividade obtida da entidade através de seu faturamento, ou seja, quando a empresa obtém lucro líquido para cada 1,00 vendido.

Considerando que quanto mais próximo a 1,00 o indicador maiores poderão ser os lucros da entidade, enquanto uma margem negativa pode significar problemas como gastos excessivos.

Portanto, não existe um índice ideal, devendo ser comparado o índice encontrado com a média verificada no segmento da entidade.

Para Silva (2017, p. 155):

Muitos fatores podem influenciar a rentabilidade sobre as vendas, entre os quais destacamos o ramo de atividade, a rotação dos estoques, mercados, custos de produção, produtividades, entre outros. Atuando a empresa em um segmento no qual a margem de lucro seja “apertada”, não adiantará que ela tente aumentar seus lucros com aumento do preço de venda.

Contudo, para o aumento do faturamento da entidade, incorre através da conquista de novos mercados, o que permite a entidade obter ganhos por meio de seu giro, aumentando o volume de suas vendas e gerar efeitos positivos na sua alavancagem operacional.

Vale destacar também o Markup, índice utilizado na formação do preço de venda, segundo Martins (2025, p.250), “deve ser estimada para cobrir os gastos não incluídos no custo, os tributos e comissões incidentes sobre o preço e o lucro desejado pelos administradores”, atuando como um instrumento complementar a Margem de Lucro Líquida.

Conforme Medeiros (2021, p.7), a fórmula para o Markup quando não se conhece o preço da venda é a seguinte:

$$\text{Markup} = \frac{1}{1-(CF+DV+ML)}$$

CF: Custos Fixos

DV: Despesas Variáveis

ML: Margem de Lucro

De acordo com Medeiros (2021), essa fórmula permite que o empresário entenda como o preço de venda é formado, demonstrando cada valor que corresponde aos custos, despesas e lucros, ajustando e avaliando se o lucro obtido está adequado com o preço da venda.

Apesar do Markup e a Margem de Lucro Líquida serem indicadores diferentes, ainda há quem confunda esses métodos, devido a ambos estarem relacionados ao lucro obtido. Sendo que o Markup, conforme Martins (2025), se

refere ao índice utilizado para a formação do preço de venda, utilizado antes, como uma ferramenta de precificação, calculando com base no custo do produto.

Enquanto a Margem de Lucro Líquida segundo Ribeiro (2020), é utilizada depois da venda como um indicador de desempenho, sendo calculada com base na receita de vendas, e reconhecida após a dedução de todos os gastos efetivos, como despesas operacionais, impostos e outros encargos.

3.4.3 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

A rentabilidade do Patrimônio Líquido avalia o desempenho financeiro de uma entidade, medindo o retorno que os sócios ou acionistas obtêm pelo capital próprio investido.

Ribeiro (2020, p. 59) demonstra esse indicador através da seguinte fórmula:

$$RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = \frac{LUCRO LÍQUIDO}{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

De acordo com Ribeiro (2020, p. 59), “o quociente revela qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo capital próprio investido na empresa, isto é, quanto a empresa ganhou de lucro líquido para cada \$1 de capital próprio investido.”

Para que o resultado obtido dessa análise seja eficiente deve-se considerar o valor médio do Patrimônio Líquido, especialmente quando há variações significativas entre o início e o fim do período analisado.

Ribeiro (2020, p. 59) salienta que:

A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar qual é o tempo necessário para obter o retorno do capital próprio investido na empresa, ou seja, quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do capital investido na empresa.

Ainda de acordo com Ribeiro (2020, p. 59), a fórmula para calcular a Rentabilidade do Patrimônio Líquido é:

$$RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = \frac{LUCRO LÍQUIDO}{PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO}$$

Quanto maior esse indicador, mais elevado é o retorno gerado pela entidade sobre os recursos aplicados por seus investidores, ou seja, o capital próprio da entidade.

Esse indicador permite, também, estimar o tempo necessário para que os investidores recuperem seus valores investidos.

Ribeiro (2020, p. 60) afirma que:

O tempo necessário para obter o retorno do valor do Capital Próprio investido na empresa pode ser calculado da mesma maneira que se calcula o tempo de retorno do capital total estudado na seção anterior, ou seja:

- a) para obter o resultado em porcentagem, multiplica-se o quociente por 100;
- b) por meio de regra de três, conhece-se o tempo necessário para o retorno do capital próprio investido.

Esse indicador proporciona, ainda, comparar o seu ganho obtido com o capital investido em relação com o ganho obtido se investissem no mercado financeiro ou de capital.

3.4.4 Rentabilidade ou Retorno do Ativo (ROA OU ROI)

A Rentabilidade ou Retorno do Ativo mede a eficiência da entidade em gerar lucros a partir de todos os recursos que possui, sendo eles provenientes dos sócios, de terceiros ou de lucros acumulados. Conforme Silva (2017, p. 156),

Esse indicador tem por objetivo medir a EFICIÊNCIA global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais. Não havendo variações significativas nos saldos do Ativo, o analista poderá optar por mediar a relação direta entre o Lucro Líquido do Exercício e o saldo do Ativo. Caso contrário, utiliza-se o Ativo Médio, que é obtido pela soma do Ativo Total do ano anterior com o Ativo Total do ano em curso, dividido por dois.

Silva (2017, p. 156) define que esse indicador é calculado com a seguinte fórmula:

$$RENTABILIDADE DO ATIVO = \frac{LUCRO LÍQUIDO}{ATIVO TOTAL OU ATIVO MÉDIO} \times 100$$

O Ativo Total é definido por Silva (2017, p. 156) como:

O Ativo Total nada mais é do que o capital econômico da empresa, em que parte desse capital refere-se ao aporte dos sócios e a outra parte é captada junto a terceiros, além das parcelas de lucros incorporados ao capital dos sócios.

Entretanto, esse indicador permite comparar o desempenho da entidade com outras do mesmo setor, avaliando a eficiência e a tomar decisões estratégicas sobre a alocação de seus recursos.

Desse modo, destaca-se a aplicabilidade das Análises dos Indicadores, evidenciando os Indicadores de Liquidez e Rentabilidade, como ferramentas para interpretação das Demonstrações Contábeis.

Diante do exposto será realizado um estudo de caso hipotético, com o objetivo de aplicar esses indicadores na prática, a fim de demonstrar sua utilização nas avaliações da capacidade financeira das entidades e sua capacidade em gerar lucros.

4 ESTUDO DE CASO

Conforme apresentado, será realizado um estudo de caso hipotético com uma microempresa optante do regime do Simples Nacional por meio de suas demonstrações contábeis, especificamente pelo Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

As demonstrações financeiras a seguir foram elaboradas pela autora sob a supervisão do professor orientador. Vale ressaltar que, apesar de serem demonstrações contábeis hipotéticas, não comprometem a aplicação da análise proposta pelo artigo, uma vez que deixará evidente a contribuição que a análise por indicadores trará para o processo decisório da empresa.

De forma a promover a característica qualitativa da Comparabilidade, as demonstrações a seguir são apresentadas comparando os exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Imagem 1

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPARATIVAS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDO EM 2023, 2024 E 2025			
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS 2023, 2024 E 2025			
	2023	2024	2025
ATIVO	217.770,00	241.910,00	249.580,00
ATIVO CIRCULANTE	109.770,00	145.910,00	165.580,00
CAIXAS E EQUIVALENTES	29.770,00	55.910,00	65.580,00
Caixa	1.500,00	1.200,00	907,75
Banco C/C	28.270,00	54.710,00	64.672,25
CRÉDITO COM CLIENTES	40.000,00	45.000,00	50.000,00
Clientes	40.000,00	45.000,00	50.000,00
ESTOQUES	40.000,00	45.000,00	50.000,00
Estoque para Revenda	40.000,00	45.000,00	50.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	108.000,00	96.000,00	84.000,00
ATIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO	108.000,00	96.000,00	84.000,00
Ativo Imobilizado Bruto	120.000,00	120.000,00	120.000,00
(-) Depreciação Acumulada	- 12.000,00	- 24.000,00	- 36.000,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	217.770,00	241.910,00	249.580,00
PASSIVO	82.430,16	72.900,51	53.382,46
PASSIVO CIRCULANTE	42.430,16	42.900,51	33.382,46
Fornecedores	32.084,16	26.040,51	14.376,21
Simples Nacional a recolher	964,00	1.330,00	1.695,00
Salários e Ordenados a PG	3.822,00	4.770,00	6.291,60
INSS a Recolher	400,00	520,00	731,65
FGTS a Recolher	160,00	240,00	288,00
Empréstimos	5.000,00	10.000,00	10.000,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	40.000,00	30.000,00	20.000,00
Empréstimos	40.000,00	30.000,00	20.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.339,84	169.009,49	196.197,54
CAPITAL SOCIAL	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Capital Social	100.000,00	100.000,00	100.000,00
RESERVAS	35.339,84	69.009,49	96.197,54
Resultados acumulados	-	35.339,84	69.009,49
Resultado do Exercício	88.349,60	112.232,16	135.940,24
(-) Lucro Distribuído	- 53.009,76	- 78.562,51	- 108.752,19

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Imagem 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS 2023, 2024 E 2025			
	2023	2024	2025
Receita Bruta	240.000,00	300.000,00	360.000,00
Venda de Mercadorias	240.000,00	300.000,00	360.000,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	- 11.568,00	- 15.960,00	- 20.340,00
(-) Simples Nacional	- 11.568,00	- 15.960,00	- 20.340,00
(=) RECEITA LÍQUIDA	228.432,00	284.040,00	339.660,00
(-) CMV	- 68.397,20	- 85.627,80	- 101.537,45
(=) RESULTADO BRUTO	160.034,80	198.412,20	238.122,55
(-) Despesas Operacionais	- 71.685,20	- 86.180,04	- 102.182,31
Despesas Trabalhistas	- 51.415,20	- 61.698,26	- 73.085,89
Despesas Administrativas	- 18.650,00	- 23.584,23	- 27.941,52
Despesas Tributárias	- 1.620,00	- 897,55	- 1.154,90
(=) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES	88.349,60	112.232,16	135.940,24
(=) RESULTADO LÍQUIDO	88.349,60	112.232,16	135.940,24

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Antes de analisar qualitativamente as demonstrações, aplicando as fórmulas inerentes aos índices, ora apresentadas no presente artigo, foram identificados os seguintes indicadores:

Imagem 3

	2023	2024	2025
Liquidez Corrente	2,59	3,40	4,96
Liquidez Seca	1,64	2,35	3,46
Liquidez Imediata	0,70	1,30	1,96
Liquidez Geral	1,33	2,00	3,10
Giro do Ativo	1,05	1,24	1,38
Margem Líquida	0,39	0,40	0,40
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,65	0,66	0,69
Rentabilidade do Ativo	0,41	0,49	0,55

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do estudo de caso e das projeções financeiras apresentadas, observou-se o desempenho da situação econômico-financeira da empresa nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, por meio dos indicadores de liquidez e rentabilidade.

Quanto aos indicadores de liquidez, observa-se uma evolução significativa ao longo dos exercícios desenvolvidos. A liquidez corrente apresentou crescimento de 2,59% em 2023 para 4,96% em 2025, indicando que, para cada R\$1,00 de obrigações de curto prazo, uma entidade dispõe de R\$4,96 em ativos circulantes para liquidação, evidenciando sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo.

A liquidez seca, que desconsidera os estoques na análise da capacidade de pagamento, apresentou crescimento de 1,64 para 3,46 nos exercícios realizados. Esse resultado demonstra que uma entidade não depende da venda de estoques a um preço de custo para cumprir suas obrigações, uma vez que os demais ativos circulantes são suficientes para liquidar os compromissos com terceiros.

Sob uma perspectiva mais imediata, o crédito imediato aumentou de 0,70 para 1,96, demonstrando evolução na capacidade de pagamento apenas com recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. O índice inferior a 1,00 apresentado em 2023 não representa, necessariamente, fragilidade financeira, podendo refletir uma estratégia da entidade de direcionar recursos para investimentos mais rentáveis, em vez de mantê-los disponíveis em ativos de menor retorno.

Nesse contexto, a liquidez imediata deve ser comprovada em conjunto com os demais indicadores de liquidez, que apresentaram índices elevados nos períodos analisados, reforçando a capacidade da entidade de honrar suas obrigações sem depender exclusivamente de recursos imediatos.

A liquidez geral, por sua vez, apresentou aumento de 1,33 para 3,10, revelando que a entidade possui capacidade de honrar suas obrigações totais, inclusive no longo prazo. Esse resultado demonstra equilíbrio financeiro e redução do risco de individualização no longo prazo. No entanto, esse índice deve ser interpretado com cautela, pois reúne elementos com diferentes prazos de realização e exigibilidade, considerando que nem todos os ativos podem ser convertidos em caixa no mesmo período em que as obrigações vencem.

No âmbito da rentabilidade, os indicadores apresentaram desempenho positivo, evidenciando eficiência na geração de resultados. O giro do ativo cresceu de 1,05 para 1,38, demonstrando maior eficiência na utilização dos recursos para geração de receitas e diminuição da melhora nos resultados e no volume de vendas a partir dos investimentos realizados.

A margem líquida apresentou estabilidade entre 0,39 e 0,40, proporcionando controle de custos e despesas, além de consistência na geração de resultados. Esses índices demonstram que a entidade conseguiu expandir suas operações sem comprometer sua lucratividade.

Analisada em conjunto com os demais indicadores, a margem líquida associada ao giro do ativo demonstra que o aumento da rentabilidade está relacionado à eficiência operacional e ao crescimento do volume de vendas, refletindo um modelo de crescimento baseado na capacidade produtiva e na gestão eficiente dos recursos.

A rentabilidade do patrimônio líquido apresentou aumento de 0,65 para 0,69 ao longo dos exercícios desenvolvidos, proporcionando maior retorno aos sócios sobre o capital investido, agregação de valor ao patrimônio próprio e melhoria no desempenho da entidade. Esse crescimento, mesmo com a estabilidade da margem líquida, ocorreu em razão da maior eficiência operacional, do aumento do giro do ativo e da melhor utilização dos recursos disponíveis.

Da mesma forma, a rentabilidade do ativo evoluiu de 0,41 para 0,55, evidenciando maior eficiência na geração de resultados a partir dos ativos da entidade. O aumento desse índice está associado ao crescimento do giro do ativo, demonstrando ampliação do volume de vendas e melhor aproveitamento dos investimentos realizados.

Diante das análises realizadas, os resultados demonstram que a entidade conseguiu manter e ampliar seus resultados ao longo dos exercícios comparados, fortalecendo sua capacidade de pagamento, aumentando sua eficiência operacional e ampliando o retorno sobre os investimentos realizados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do artigo apresentado e do estudo de caso desenvolvido, a análise conjunta dos indicadores de liquidez e rentabilidade evidencia-se como uma importante ferramenta para a avaliação da situação econômico-financeira das entidades, permitindo uma visão ampla e estratégica de seu desempenho.

Os resultados obtidos por meio do estudo de caso demonstraram que a entidade apresentou evolução ao longo dos exercícios analisados, tanto em sua capacidade de honrar compromissos quanto em sua eficiência na geração de resultados.

Os indicadores analisados revelaram fortalecimento financeiro e eficiência operacional. A análise integrada desses índices permitiu compreender que o desempenho benéfico da entidade não decorreu apenas do aumento dos lucros, mas também da eficiência na gestão de seus ativos e da manutenção de uma estrutura financeira equilibrada.

Desta forma, conclui-se que uma tomada de decisões baseada em informações confiáveis contribui significativamente para a sustentabilidade e o crescimento das entidades, auxiliando os gestores na identificação de riscos, oportunidades e estratégias mais assertivas.

Ressalta-se, ainda, que a análise das projeções contábeis deve considerar o contexto econômico e social em que a entidade está inserida, uma vez que fatores externos podem impactar diretamente suas transações e seus resultados.

Por fim, o presente estudo reforça a importância da contabilidade como instrumento fundamental para fornecer informações essenciais à análise, ao planejamento e à tomada de decisões. Evidencia-se, assim, que a praticidade da informação contábil está diretamente relacionada à sua confiabilidade, relevância e representação fidedigna, contribuindo para análises mais precisas da real situação econômico-financeira das entidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. **Lei 6.404/1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 17 mar. 2026.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **NBC TG – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.** Brasília: 2019. Disponível em: www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf. Acesso em: 06 mar. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços,** 11 edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade,** 12 edição. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. ISBN 9788597028034.

MARION, José C. **Análise das demonstrações contábeis.** 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.250. ISBN 9786559776559.

MEDEIROS, Gentil Luédson dos Santos. **A aplicação do markup como método na formação do preço de venda em uma empresa do ramo sorveteiro localizada em Mossoró/RN.** 2021. Revista Disponível em: www.repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/2c2f5692-19e2-4281-a625-d7e10c499b43/content. Acesso em: 20 abr. 2026.

PADOVEZE, Clóvis L.; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras - 3 ed. revista e ampliada.** 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2013.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade geral.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Osni M. **Noções de análise de demonstrações contábeis - V. 4 - série fundamentos de contabilidade.** Rio de Janeiro: Érica, 2020.

SALOTTI, Bruno Meirelles [et. al]. **Contabilidade financeira.** São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.